



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da Semana Nacional pela Cidadania e
Solidariedade**

São Paulo-SP, 09 de agosto de 2004

Meu caro Cláudio Lembo, governador em exercício do estado de São Paulo,

Minha querida companheira Marta Suplicy, prefeita da cidade de São Paulo,

Meu querido companheiro Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho e Emprego,

Meu querido companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro companheiro Jaques Wagner, secretário especial para o Desenvolvimento Econômico e Social,

Minha querida companheira Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para as Mulheres,

Meus caros amigos senadores Eduardo Suplicy e Romeu Tuma,

Meu caro deputado Luiz Eduardo Greenhalgh,

Meu caro Carlos Lopes, presidente do Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento – PNUD,

Meu caro André Spitz, presidente do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida,

Minha querida Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna,

Minha querida Milu Vilella, presidente do “Faça Parte”, Instituto Brasil Voluntário,

Meu querido companheiro Oded Grajew, diretor-presidente do Instituto Ethos,



Meu caro Israel Tevah, presidente da Indústria Tevah e, possivelmente, o grande inspirador por estarmos, aqui, hoje, reunidos com o gesto que ele repete há sete anos. Só para vocês saberem: o Tevah tem uma fábrica de confecções em Porto Alegre e este ano comemora-se 7 anos que, todo sábado, um sábado por ano, os funcionários vão trabalhar de graça, produzem sem cobrar nada. Ele dá a matéria-prima, as máquinas, e ainda almoçam, coletivamente, para produzir roupa para uma instituição da cidade de Porto Alegre ou do estado, escolhida pelos funcionários. Obviamente, eu não vou pedir nunca para o Bradesco dar um dia dos depósitos realizados. Não vou pedir nada nesse nível, nem que a telefônica dê um dia de ligações gratuitas para todo mundo. Mas de qualquer forma é um exemplo extraordinário, esse que tem lá.

Meus queridos companheiros e companheiras,

Meus companheiros do Conselho,

Abílio Diniz, a quem eu queria, de público, reconhecer o gesto dele. Eu já reconheci, pessoalmente. Vocês sabem que nós reduzimos o PIB e Cofins para o feijão, para o arroz e para a farinha de mandioca. E para a nossa grata surpresa, há uma adesão da cadeia de supermercados no Brasil. Mas o que me deixou entusiasmado, Abílio, foi você assumir, publicamente, em matérias pagas, de causar inveja a qualquer candidato a um cargo público no Brasil, exigindo dos seus fornecedores que a redução de preços chegue a quem deve chegar, que é o consumidor. Eu acho que esse é um gesto importante, que demonstra seriedade e eu espero que seja seguido por outros empresários.

Eu quero cumprimentar a todos os companheiros e companheiras do Conselho e dizer para vocês que, possivelmente, a gente não tenha muita noção do que este movimento iniciado, hoje, pode criar daqui para a frente no Brasil.

Muitas vezes nós participamos de uma coisa e só vamos ter dimensão do que aquilo pode produzir, com o passar dos anos.



Eu queria que vocês vissem uma coisa que o nosso amigo Tevah está publicando em todos os jornais de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Tem aqui: “Faça a vida de alguém mais feliz, porque você existe. Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, de 9 a 15 de agosto de 2004.” Uma idéia inspirada no exemplo do que, felizmente, está contagiando o Brasil, que aí já é a Tevah. Aqui, é interessante, porque isso pode, quem sabe, iluminar alguns de nós brasileiros.

Então, aproveite esta semana para visitar um velhinho no asilo, para brincar com uma criança no orfanato, para visitar um doente em um hospital, para reencontrar um amigo, para doar um agasalho, para oferecer um prato de comida a quem precisa, para ajudar a pintar uma creche, para produzir em sua indústria durante um dia, apenas para as entidades assistenciais.

Eu acho que esta propaganda aqui é um estímulo para que muita gente saiba o que fazer na Semana da Solidariedade. Porque este é um problema, as pessoas terem noção do que podem fazer e cada um pode fazer alguma coisa, mesmo que seja pequena.

Eu me lembro que quando o Hélio Bicudo era o representante do Brasil na Comissão dos Direitos Humanos da OEA, eu vim de uma visita à cidade de Quixeramobim e, por coincidência, é a cidade do nosso companheiro Genoíno, no Ceará, e eu voltei dizendo para o Hélio: é preciso incluir nos debates dos direitos humanos a questão da fome, porque nós, aqui no Brasil, fomos habituados a discutir a questão dos direitos humanos apenas na falta de liberdade democrática. É preciso colocar a questão da fome.

O cidadão que está preso, e que ainda recebe um advogado, termina tendo mais liberdade do que o cara que está dentro da sua casa e não tem o que comer. Não consegue sequer sair porque não tem energia para isso. Eu penso que o tempo se encarregou de fazer com que nós chegássemos hoje vendo as Nações Unidas assumirem essa questão de colocar a fome na ordem do dia. Eu penso que nesse aspecto o Brasil joga um papel muito importante.



Eu trouxe um discurso, viu Oded, muito longo que eu não sabia muito bem o que ia ser exigido de mim, aqui, como cidadão brasileiro, não como presidente da República, mas eu terminei quase que fazendo uma prestação de contas que eu não vou fazer, eu vou deixar aí com você. Quem sabe um dia você utilize isso aqui, porque eu acho que não é esse o objetivo, pelo menos neste encontro, que estamos criando a Semana, mas eu penso que deve ser objetivo para o próximo ano.

Eu acho que o governo tem que prestar contas sim, do que está fazendo para cumprir as Metas do Milênio. Cada ministro terá que, na Semana da Solidariedade, não ter medo nem vergonha de saber que ele tem que ir a algum lugar prestar contas do que ele fez naquele ano para cumprir as Metas do Milênio. Se a gente levar isso mais a ferro e fogo, Oded, essa é uma sugestão que eu queria dar. Você está lembrado, Oded, que um dia você me disse que... eu vou contar isso porque ontem eu vi um filme do Bush, e tem uma frase que me lembrou você. O Oded um dia me disse o seguinte: “olha Lula, naquele tempo ele me chamava só de Lula. Olha Lula, nós precisamos perguntar para os prefeitos e para os governadores, quando eles falarem que a escola deles é boa, que a saúde é boa, se os filhos deles estudam naquela escola.” Está lembrado? Pois bem. Ontem no filme, o jornalista vai para a porta da Câmara dos Deputados perguntar para os deputados se eles mandariam seus filhos para o Iraque. E aí, é engraçado, porque os deputados deram o pinote, ninguém quer mandar seus filhos para o Iraque.

Ora, brincadeiras à parte, esta Semana da Solidariedade, poderia instituir uma espécie de Oscar dos pobres, aqui, na América Latina, para políticas públicas bem sucedidas. Parece brincadeira, mas é verdade. Quando você chegar numa cidade, que você tiver um filho em idade escolar, no ensino fundamental e você perguntar como é o ensino fundamental na sua cidade e a pessoa falar: “aqui é fantástico, é o maior do mundo.” Aí, você pergunta: mas, seu filho está na escola? Certamente, não estará. Então, ela só passa a ser



boa quando o responsável por ela tiver confiança de colocar os seus filhos naquela escola, senão ela é boa para os outros, mas não é boa para ele.

No Brasil, nós temos exatamente o contrário. Estão nas universidades públicas, sejam elas federais ou estaduais, os filhos daqueles que poderiam estar pagando uma escola privada. E, por conseguinte, os filhos dos pobres, que estudam no ensino fundamental da escola pública, são os que dificilmente terão acesso à universidade pública, e vão ter que pagar. É uma contradição enorme entre o que existe no ensino fundamental e o que existe nas universidades brasileiras consideradas boas.

Mas isso tem uma razão de ser, e é importante que a gente institua alguma coisa para poder verificar. Eu tive o prazer, daquelas alegrias que você tem de vez em quando, de receber no meu gabinete, os meninos das Olimpíadas da Matemática e fiquei surpreso com um menino cearense, de 13 anos, que entrou agora no 2º grau, e que vai fazer mestrado em matemática. Conheci um menino de 17 anos, do Ceará, não de Quixadá, mas do Ceará, que com 17 anos já fez mestrado e vai fazer doutorado em matemática. Conheci uma menina de 16 anos que já ganhou cinco medalhas em olimpíadas internacionais e mais importante é que o ITA, que é possivelmente o vestibular mais difícil do Brasil, por conta dessas Olimpíadas da Matemática, o estado do Ceará colocou mais gente este ano na escola de engenharia do que o estado de São Paulo, ou seja, me parece que 30% dos alunos são do Nordeste, sobretudo do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí. Estados muito pobres, mas onde as crianças, por estarem participando das Olimpíadas, conseguiram passar neste vestibular, numa demonstração que consagra a frase do Paulo Freire: “Não existe ninguém que não saiba das coisas; não existe ninguém que não aprenda.” Ou seja, o que precisa saber é se as pessoas estão recebendo as informações adequadamente.

E para minha surpresa, Oded, a professora que coordena essa Olimpíada da Matemática e outros professores que foram me visitar, me



disseram que o problema está intimamente ligado ao educador. Se o educador não tiver interesse, essa criança vai ser uma daquelas, Viviane, que você conheceu em Recife, que passa na escola 4 ou 5 anos sem aprender nada, porque é preciso que o educador assuma a responsabilidade de que alguém que está na sua sala de aula vai ser mais inteligente, vai aprender mais, vai poder ultrapassar os limites das fronteiras econômicas que subordina uma parte da sociedade brasileira.

Então, eu penso que se a gente instituísse uma espécie de Oscar, onde todos os prefeitos do Brasil soubessem que numa semana de agosto, de 09 a 15, vai ter, e durante o ano inteiro, pessoas da sociedade, organismos da sociedade, da ONU, do Unicef, das universidades brasileiras, das ONGs brasileiras, investigando o que está sendo feito naquela cidade, para cada uma das Metas do Milênio, e que ele pode ganhar ou perder, dependendo do trabalho dele. Ganhar em prestígio e perder em prestígio, obviamente. Quem sabe isso pudesse dar um dinamismo extraordinário, não apenas para a prefeitura.

Por exemplo, a Marta vai ter, dias 7, 8 e 9 de outubro, um encontro das prefeituras das capitais do mundo inteiro, aqui, em São Paulo. É colocar, Marta, nessa reunião, para que os prefeitos assumam a responsabilidade de começar a trabalhar agora, não pensando no cabo eleitoral que lhe pede uma obra aqui e outra ali, mas pensando nos compromissos das Metas do Milênio assumidos pelo mundo inteiro. Possivelmente o resultado disso fosse excepcional. Os prefeitos teriam algo mais do que a próxima eleição para motivá-los. Eles ficariam sabendo que a sociedade brasileira, através de instituições criadas pela própria sociedade civil, estaria medindo, estaria aferindo o que se fez em cada cidade. E, quem sabe, pudéssemos criar conselhos em cada cidade, independente da sociedade civil, que fosse mandando para o conselho estadual ou para o conselho federal, as coisas que estão acontecendo. Tem muita coisa que pode ser feita.



E eu acho que, muitas vezes, não é nem maldade, muitas vezes, eu acho, é falta de incentivo. Eu digo sempre que as pessoas não conseguem trabalhar se não tiverem a auto-estima muito elevada. Eu acho que todo mundo aqui já acordou um dia com a auto-estima lá embaixo, depois levantou. Tem dia em que a gente levanta achando que nada vai dar certo no mundo, que tudo está contra a gente. Tem dia que a gente levanta achando que está todo mundo do lado da gente, ou seja, quando a gente adquire a maturidade e a auto-estima, a gente não fica nessa oscilação do tudo ou nada, fica numa média ponderada que nos permite ter a criatividade que vocês tiveram, de propor a criação dessa Semana da Solidariedade.

Eu acho que o prêmio não deveria ser apenas para prefeito, mas para personalidades, ou seja, para uma instituição, uma empresa, um sindicato, por exemplo. Hoje eu sei que o sindicato (...) junto com o PNUD, para fazer um grande debate sobre o ABC do futuro. É uma iniciativa importante. Mas o que uma entidade sindical, o que uma ONG, o que uma pessoa da sociedade pode fazer? O gesto de assumir a responsabilidade de cuidar de uma criança pobre, adotar essa criança, ser uma espécie de pai adotivo, indo visitar essa criança de quando em quando, garantindo que essa criança tenha o material escolar, sei lá, eu também não sei tudo o que é possível fazer, porque as pessoas vão fazendo as coisas e a gente vai percebendo que a capacidade de criação do ser humano é muito grande.

O dado concreto é que nós temos uma meta a cumprir, temos um compromisso a cumprir, temos coisas para fazer e temos que fazer. Se a gente estabelecer uma programação no tempo, por exemplo, eu assumi o compromisso de que ao terminar o meu mandato, a gente vai garantir que 11 milhões de pessoas que estavam previstas no estudo do IBGE, tenham a renda mínima, e vão ter. Estou convencido, vamos chegar a 6 milhões e meio agora, vamos chegar a 8 milhões e 700 mil famílias em dezembro do ano que vem, e vamos chegar a 11 milhões em dezembro de 2006, ou seja, atingiremos a meta



de garantir que cada pessoa tenha um mínimo necessário para comprar o mínimo para comer.

Obviamente que, combinando com o crescimento econômico, a gente pode, até quem sabe não ter as 11 milhões, quem sabe poderemos até aumentar um pouco o de quem já tem alguma coisa. Quando se aprovou o Estatuto do Idoso, muita gente achou que aquilo custa dinheiro, mas são 2 milhões e 300 mil brasileiros e brasileiras que estão recebendo o benefício de um salário mínimo, o que não é pouca coisa num país em vias de desenvolvimento como o Brasil.

Nós, Oded, quando discutimos a educação fundamental, muitas vezes deixamos de levar em conta que essas crianças que estão no ensino fundamental precisam ser motivadas para ir para a escola. Se você não melhorar, não apenas a qualidade do ensino, porque eu acho que nós precisamos fazer um grande processo de reciclagem no Brasil, mas se você não motivar essa criança a ter na escola algo que lhe dê vontade de levantar às sete horas da manhã e ir para a escola, como uma coisa prazerosa, gostosa e não um sofrimento onde a criança nunca quer ir, e inventa até dor de cabeça para não ir. Se você não mudar isso, não transformar a escola ...

Eu sou obrigado a falar do CEU, que eu tive a oportunidade de conhecer e acho que quem não conhece deveria conhecer. Obviamente, fazer com que todo o povo brasileiro tenha isso, vai levar um tempo e custa muito dinheiro. Mas a verdade é que nós precisamos melhorar a qualidade das coisas que nós oferecemos para as pessoas, senão, nós permitimos que seja projetada na consciência de cada brasileiro, a idéia de cidadão de segunda classe, de que a gente tem que ter tudo inferior. Não, nós poderemos ter tudo, já foi assim no Brasil.

A escola pública do ensino fundamental no Brasil já foi de grande qualidade, aliás, se pegarmos todos os grandes intelectuais brasileiros acima de 70 anos, todos eles fizeram escola pública. Então, isso pode ser



recuperado, e a construção do CEU é um exemplo disso, como pode ser a construção de outras coisas que possam ser exemplos no Brasil. Mas o dado concreto é que nós temos que começar a colocar um pouco de qualidade no que nós oferecemos.

Eu vou contar um pequeno caso, Oded, que está dentro das Metas do Milênio. A questão da saúde, no Brasil, é importante lembrar, e está aqui o meu querido presidente do Albert Einstein, ou seja, a saúde bucal não é levada em conta pelos convênios feitos com empresas prestadoras de assistência médica. Lá no convênio está escrito que você cuida da unha do dedão, que você cuida de “bicho de pé”, que você cuida de qualquer coisa. Agora, saúde bucal não tem, ou seja, o local por onde entra a doença, não é tratado como uma questão de saúde pública.

O que nós estamos fazendo? Nós estamos, meu caro, fazendo 400 centros de tratamento de saúde bucal, onde o pobre pode fazer um tratamento de canal; pode fazer uma correção nos seus dentes, e onde o pobre vai poder sorrir outra vez, porque vai poder fazer uma prótese de qualidade e não aquela distribuída gratuitamente em época de eleição, em algumas regiões do país.

Essas coisas vêm dar uma outra dimensão à qualidade daquilo que a gente deseja para a parte mais pobre da população brasileira. E eu acho que a ONU pode fazer muito.

Eu vou contar uma história para vocês: nós estamos indo ao Haiti no próximo domingo. Todo mundo sabe que o Brasil é um país que coordena a força de paz no Haiti, ou seja, o Haiti não estava em guerra, o Haiti tem o problema da democracia, por conta de problemas sociais muito sério. E caiu o presidente Aristides, como já tinha caído outros, e lá, meu caro, vão cair todos os presidentes, porque enquanto não se resolver o problema social, não é possível falar em paz num país onde não tem justiça social nenhuma; um país que foi dominado durante anos e onde os colonizadores vão embora, deixam para trás a miséria e não se sentem na responsabilidade de resolver o



problema.

Então, nós vamos levar a Seleção Brasileira lá, porque eles adoram o futebol brasileiro e é um gesto que a gente quer fazer para o mundo, de que nem tudo precisa de canhão, nem tudo precisa de metralhadora, nem tudo precisa de armas de destruição em massa. Às vezes, um gesto de carinho vale muito mais do que determinadas guerras que nós temos assistido, lido e acompanhado pela imprensa mundial.

Nós vamos fazer isso, porque achamos que a partir disso, a ONU pode ter muito mais força para evitar que aconteça o que já aconteceu em outros momentos da história das decisões das Nações Unidas.

E, por último, eu queria terminar dizendo que a questão do cumprimento das Metas do Milênio é uma questão de decisão política mesmo. O problema não é só falta de recursos que, num país pobre, é sempre difícil.

Mas, por exemplo, eu fui agora a São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe é uma ilha que tem 150 mil habitantes. Temos a primazia de que eles falam português, temos a primazia de que agora está se descobrindo muito petróleo em toda aquela zona. Nós temos a Petrobrás. Significa que a gente pode ajudar muito mais. Mas é um país que tem 100% de malária. E a malária está ligada à questão da limpeza, da higiene, ou seja, se você não fizer saneamento básico naquele país – que tem um potencial turístico excepcional – ele nunca irá se desenvolver.

A pergunta que eu faço é a seguinte: o que custaria para os países ricos assumirem a responsabilidade de reconstruir o Haiti, um país de oito milhões de habitantes? O que pesaria para os chamados G-8, G-20, ou G-30? Vamos escolher o G que a gente quiser para não ficar jogando apenas a responsabilidade em cima dos mais ricos. Mas o que custaria, e aí eu vou propor à ONU, meu companheiro do PNUD, que se não tem, manda uma equipe da mais alta competência técnica para fazer uma avaliação profunda das necessidades mínimas do Haiti, do ponto de vista de crescimento



econômico, para que a gente comece a viajar o mundo e conversar com os países, e pedir para eles: “Você quer ajudar? Você não precisa dar dinheiro, você pode ir lá e investir em tal coisa.” Porque uma empresa esportiva não pode fazer um pouco do tênis lá, no Haiti? Por que uma fábrica multinacional não pode empregar 200 pessoas no Haiti?

Eu acho que, na verdade, está precisando é a gente planejar melhor essas coisas e cobrar com mais veemência, para que as coisas comecem a acontecer.

Eu digo sempre o seguinte: esses fundos que a gente quer criar, o Brasil não precisa participar deles, que é para poder a gente falar um pouco de cabeça erguida, que desses fundos, o Brasil não precisa participar. O Brasil tem que ser contribuinte e não recebedor, usuário desse dinheiro. Por quê? Porque o Brasil produz agricultura suficiente para o nosso povo, o Brasil tem uma renda per capita que pode ser mais justamente distribuída para as pessoas.

Então, eu acho que nós precisamos ter esse fundo para ajudar exatamente a parte mais pobre do mundo. Se não tiver, eu fico imaginando o seguinte: nós estamos, agora, com o Sudão em guerra, uma guerra civil, com um milhão e meio de refugiados. Mas a Inglaterra esteve lá por quase 300 anos, ou seja, o que ficou lá, para aquele povo? Ninguém assume nada, ninguém discute: “Qual é a minha parte nisso?” Ou é a parte dos miseráveis, mesmo, que têm que assumir?

Esses são debates muito delicados, não são fáceis de ser feitos, mas acho que nós temos que fazer. Temos que fazer porque se não fizermos, passa o mandato da gente e a gente fica se perguntando: Bom, por que eu passei o mandato lá? Ah, eu fiz uma estrada, eu fiz uma ponte. Isso, qualquer um faz. Eu quero saber qual é a ponte que a gente vai fazer entre um cidadão brasileiro que pode e um cidadão brasileiro que não pode; um cidadão brasileiro que sabe e um cidadão brasileiro que não sabe.



O que sobra de tudo isso é a relação que a gente for capaz de criar, entre o Estado e a sociedade, entre o governo e a sociedade. É isso que no fundo, no fundo, fica para a história de um país. E eu acho que com gente como vocês nós podemos fazer muito.

Eu acho que, olhando para a cara, viu, Maurício, eu fico imaginando que se a gente assumir... não é isentar o Estado da sua responsabilidade, pelo contrário, o Estado existe para cumprir com as suas obrigações. Mas é cada um de nós, além de cobrar do Estado o que ele fez, nas suas mais diferentes áreas de decisão, também o que nós, enquanto seres humanos, fazemos a cada dia.

Eu mudei o comportamento no sindicato, Abílio – eu vou te contar essa, porque é importante saber – porque uma vez eu fiz um curso no sindicato e o cara fez uma pergunta: “Bom, eu quero que você responda se nessa semana você cumpriu o teu papel de dirigente sindical.”

Então, o que que eu achava que era o papel do dirigente sindical? O que muitos ainda acham, hoje. O que era? Era entregar um panfleto, convidando os trabalhadores para uma assembléia, os trabalhadores não vinham e, depois, a gente dizia: “Bom, os trabalhadores não querem saber ou confiam demais na Diretoria”.

Então, o que nós fizemos? Nós tomamos uma decisão, a partir dessa pergunta nós tomamos uma decisão de que a gente poderia fazer muito mais e de que o papel do dirigente não era apenas esse, ele tinha um milhão de coisas que ele poderia fazer.

Então é isso, sabe, Oded, uma pergunta simples: será que todo dia, na hora em que colocamos a cabeça no travesseiro, nós dormimos com a consciência tranqüila de que: “Bom, hoje eu fiz uma ação que vai ajudar uma pessoa neste país. Hoje eu fiz uma ação que vai ajudar uma criança”.

Porque no Brasil, Oded, tem um defeito crônico que é, muitas vezes – e outro dia a Nilcéa me cobrava que eu tenho culpa nisso – a gente jogar toda a



responsabilidade no Estado, até por coisas que são nossas, ou seja, quem tem que educar meu filho sou eu, eu é que tenho que me responsabilizar pela formação da moral dos meus filhos. Mas, no Brasil, até isso a gente joga para cima do Estado.

E a Nilcéa dizia: “Você não reclama não, porque você tem muito a ver com isso. Porque durante muitos anos da sua vida você passou a dizer “Não, o Estado tem que fazer isso, o Estado tem que fazer aquilo”, de repente...” Ou seja, como é que nós vamos resolver o problema da degradação da estrutura da família brasileira? Como é que nós vamos resolver o problema de milhões de adolescentes que não têm perspectiva por fora da família? Não há Estado que consiga resolver esse problema se a família não tiver a certeza de que ela é o primeiro elo da formação da estrutura da sociedade. Como é que você vai recuperar um garoto na Febem ou num desses centros de recuperação, por fora da família, se o problema que levou ele lá é exatamente a desagregação da família? Como é que nós vamos resolver isso? Passa a ser uma coisa insolúvel.

Eu me lembro quando o governador Mário Covas era vivo, ele disse que gastava, na época, 1 mil e 800 reais por mês para cuidar de uma criança na Febem. Pode-se gastar 10 mil reais por mês, o problema não é do montante que se gasta lá dentro, ele não vai se recuperar, porque o problema dele ficou atrás, que é a própria desestruturação da família. Quem sabe ficasse muito mais barato com 1 mil e 800 reais que você cuida de uma criança na Febem, você pudesse cuidar de seis, dando uma renda mínima para a família, com o compromisso de a família melhor se responsabilizar pelo filho.

Eu penso que nós, quando instituímos uma Semana da Solidariedade, temos que colocar, sobretudo, a nossa mente fértil para pensar o que a gente pode fazer. E não tenho medo. Eu quero dizer para vocês, aqui, em alto e bom som: não tenham medo de cobrar do governo. O prefeito, o governador e o presidente da República, o presidente da Câmara, os senadores da República,



nós temos que ser cobrados, porque nós fomos eleitos assumindo compromissos e, portanto, nós temos que ser cobrados, não tem por que a gente achar ruim ser cobrados. Eu, aliás, brinco muito com isso, porque toda vez que eu vou para um lugar e vejo uma manifestação eu fico pensando quantas eu já fiz a respeito. Então, eu não tenho o direito, Marinho, de ficar nervoso. Eu tenho o direito de relaxar e falar: bom, eu preciso permanecer “Lula paz e amor” para as coisas darem certo no Brasil.

Eu acho que o que vocês estão fazendo aqui, hoje, é um gesto extraordinário, Oded. Eu penso que a instituição de uma Semana de Solidariedade, onde a gente vai extrair o potencial de cada homem, de cada mulher, de cada poder público neste país, de cada instituição para que ela possa fazer um pouco mais com a planilha na mão, acompanhando, eu não tenho dúvida nenhuma, meu caro, que você vai chegar no final do meu mandato e vai no PNUD dizer: “olha, encontrei um país que cumpriu as Metas do Milênio, porque a sociedade brasileira ajudou a construir.”

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês